

1 - Identificação da entidade**1.1. Dados de identificação**

Designação da entidade: Centro Social e Paroquial de Fiães
Sede social: Fiães - Trancoso

Natureza da actividade: Actividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**2.1. Referencial contabilístico utilizado**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), o qual contempla os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e a Norma Contabilística de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a terça-feira, 31 de Dezembro de 2013 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31-12-2012.

3 - Principais políticas contabilísticas**3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

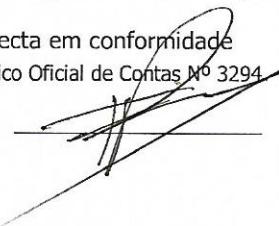
As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade

Manuel Francisco Costa Lopes de Andrade
Olívia da Conceição Correia Salgado
Adelino Salgado



com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes. As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se beneficia de isenção definitiva do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) fruto do tipo de actividade que desenvolve.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflectam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativa de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento activos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios", são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respectivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

4.2. Outras divulgações

A entidade não registou alterações de políticas contabilísticas nem alterações da estimativas.

Apesar da continuidade nas políticas, o POC permitia a capitalização de algumas despesas que, de acordo com a NCRF-ESNL devem ser imediatamente reconhecidas como gastos do exercício, designadamente despesas de investigação e desenvolvimento.

À data da transição, as despesas daquela natureza, liquidas das depreciações acumuladas foram anuladas por contrapartida de Resultados Transitados.

5 - Activos fixos tangíveis

5.1. Divulgações sobre activos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Administração/ Gerência

Pag. 2 de 8

Técnico Oficial de Contas Nº 3294

Manuel Francisco Costa Lopes de Andrade
 Ósias da Conceição Correia Salvador
 Heliano A. A. A. A.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	13.012,79	198.923,56	30.850,22	12.469,95	27.381,02		2.983,01			285.620,55
Depreciações acumuladas		14.253,34	20.387,49	12.469,95	9.015,03		2.983,01			59.108,82
Saldo no início do período	13.012,79	184.670,22	10.462,73		18.365,99					226.511,73
Variações do período		(3.978,47)	(2.615,68)		(1.530,50)					(8.124,65)
Total de aumentos										
Total diminuições		3.978,47	2.615,68			1.530,50				8.124,65
Depreciações do período		3.978,47	2.615,68			1.530,50				8.124,65
Outras transferências					(1.530,50)	1.530,50				
Saldo no fim do período	13.012,79	180.691,75	7.847,05		16.835,49					218.367,08
Valor bruto no fim do período	13.012,79	198.923,56	30.850,22	12.469,95	27.381,02		2.983,01			285.620,55
Depreciações acumuladas no fim do período		18.231,81	23.003,17	12.469,95	10.545,53		2.983,01			67.233,47

5.4. Outras divulgações

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	custo aquisição	quotas constantes	50	2
Equipamento básico	custo aquisição	quotas constantes	8	12,5
Equipamento de transporte	custo aquisição	quotas constantes	4	25
Equipamento administrativo	custo aquisição	quotas constantes	8	12,5
Equipamentos biológicos				
Outros ativos fixos tangíveis				

9 - Inventários

9.1. Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As matérias-primas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

9.2. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsd.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais		261,00	261,00		215,00	215,00
Compras		27.566,48	27.566,48		19.496,84	19.496,84
Reclassificação e regularização de inventários		854,00	854,00		876,38	876,38
Inventários finais		267,70	267,70		261,00	261,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		28.413,78	28.413,78		20.327,22	20.327,22
OUTRAS INFORMAÇÕES						

10 - Rédito

10.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços

Manuel Francisco Costa Lopes de Andrade
 Oliveira da Conceição Correia Salvador

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da entidade. A entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

10.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	25.868,00	26.310,00
Total	25.868,00	26.310,00

12 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

12.1. Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios.

12.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que directamente se beneficiou:

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Total	Outras Ent.- Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento				
Para activos fixos tangíveis				
Para activos intangíveis				
Para outras naturezas de activos				
Subsídios à exploração	65.476,56	65.476,56	1.333,60	1.333,60
Valor dos reembolsos efetuados no período				
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração				
Total				

Quadro comparativo:

Manuel Francisco Costa
 Manuel Francisco Costa
 Ósvia da Conceição Torres Salvador
 Abelino Espírito



Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Total	Outras Ent.- Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento				
Para ativos fixos tangíveis				
Para ativos intangíveis				
Para outras naturezas de ativos				
Subsídios à exploração				
Valor dos reembolsos efetuados no período				
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração				
Total				

15 - Instrumentos financeiros

15.3. Categorias (naturezas) de activos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Quadro comparativo:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:					
Passivos financeiros:					
Ganhos e perdas líquidos:					
Rendimentos e gastos de juros:					

16 - Benefícios dos empregados

16.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Paulo Neli Silveira
Manuel Francisco Costa Lopes Andrade
Ósias da Conceição Correia Salvador
Adelino Lourenço



Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa				
Pessoas remuneradas	4,00	7.304,00		
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário				
Pessoas a tempo completo	2,00	4.160,00		
(das quais pessoas remuneradas)	2,00	4.160,00		
Pessoas na tempo parcial	2,00	3.144,00		
(das quais pessoas remuneradas)	2,00	3.144,00		
Pessoas ao serviço da empresa por sexo				
Masculino				
Feminino	4,00	7.304,00		
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessos colocadas por agências de trabalho temporário				

16.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	37.435,05	35.299,01
Remunerações do pessoal	27.378,25	26.181,93
Encargos sobre as remunerações	5.672,52	5.357,19
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	363,90	236,07
Outros gastos com o pessoal	4.020,38	3.523,82

17 - Divulgações exigidas por diplomas legais

17.1. Informação por actividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	25.868,00	25.868,00
Compras	27.566,48	27.566,48
Fornecimentos e serviços externos	13.430,00	13.430,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	28.413,78	28.413,78
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	28.413,78	28.413,78
Gastos com o pessoal	37.435,05	37.435,05
Remunerações	27.378,25	27.378,25
Outros gastos	10.056,80	10.056,80
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	218.387,08	218.387,08
Propriedades de investimento		

Quadro comparativo:

Administração/ Gerência

Pag. 6 de 8

Técnico Oficial de Contas Nº 3294

Manuel Francisco Costa Lopes de Andrade.
 Oficial da Concussão Barra de Salvador
 2013/01/01

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	26.310,00	26.310,00
Compras	19.496,84	19.496,84
Fornecimentos e serviços externos	15.207,39	15.207,39
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	20.327,22	20.327,22
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	20.327,22	20.327,22
Gastos com o pessoal	35.299,01	35.299,01
Remunerações	26.181,93	26.181,93
Outros gastos	9.117,08	9.117,08
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	226.511,73	226.511,73
Propriedades de investimento		

17.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	25.868,00			25.868,00
Compras	27.566,48			27.566,48
Fornecimentos e serviços externos	13.430,00			13.430,00
Rendimentos suplementares:				

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	26.310,00			26.310,00
Compras	19.496,84			19.496,84
Fornecimentos e serviços externos	15.207,39			15.207,39
Rendimentos suplementares:	687,85			687,85
Outros rendimentos suplementares	687,85			687,85

17.4. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Contribuições e quotizações em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações contributivas nos prazos legalmente estipulados.

18 - Outras informações

18.1. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Manuel Francisco Costa do Prado Andrade
 Rua da Conceição, 800 - 1.º andar - Salvador

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	2.469,81	4.036,47
Trabalhos especializados	1.117,65	1.520,52
Conservação e reparação	1.352,16	2.515,95
Materiais	773,86	1.301,42
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	679,21	865,45
Material de escritório	94,65	435,97
Energia e fluidos	9.653,18	9.241,78
Eletricidade	3.011,43	4.237,27
Combustíveis	5.523,53	4.157,48
Água	1.118,22	847,03
Serviços diversos	533,15	627,72
Comunicação	116,46	5,25
Seguros	177,59	481,68
Limpeza, higiene e conforto	239,10	140,79
Total	13.430,00	15.207,39

Manuel Francisco Costa Lopes de Andrade.
 Rua da Conceição Correia Salvador